



Gênero e Política Migratória nos Estados Unidos: Aproximações e Consensos Político-Partidários

Gender and Migration Policy in the United States: Approaches And Political Parties Consensus

Género y Política Migratoria en Estados Unidos: Enfoques y Consensos Políticos-Partidarios

Recebido em: 02 de julho de 2022
Aprovado em: 05 de outubro de 2023

Débora Figueiredo Mendonça Prado¹
Isabella Fernandes Moreira Fontaniello²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p55-63

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a política migratória aplicada às mulheres nos Estados Unidos entre os anos de 2009 e 2022. Argumentamos que, apesar da mudança no perfil migratório no país, não há uma agenda clara e definida de proteção às mulheres nos governos analisados.

Palavras-chaves: Política migratória; Gênero; Estados Unidos.

Abstract

This article aims to analyze the immigration policy applied to women in the United States between 2009 and 2022. We argue that despite the changing immigration landscape in the country, there is no clear and defined agenda for women's protection in the governments under scrutiny.

Keywords: Migration Policy; Gender; United States.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la política migratoria aplicada a las mujeres en los Estados Unidos entre 2009 y 2022. Sostenemos que a pesar del cambio en el panorama migratorio del país, no existe una agenda clara y definida para la protección de las mujeres en los gobiernos bajo escrutinio.

Palabras Clave: Política Migratoria; Gênero; Estados Unidos.

1 É professora no curso de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em Ciência Política (INCT-INEU/UNICAMP). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU) e membra do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional (NUGRAD UFU). E-mail: deboraprado@ufu.br.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento da CAPES. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: ifontaniellof@gmail.com.

Introdução

Desde as últimas cinco décadas temos observado um crescimento no fluxo migratório internacional. Este fluxo migratório acompanha também uma tendência de aumento no número de mulheres migrantes internacionais que subiu de 46,8% do total de migrantes internacionais em 1960 para 49,4% em 2000 (IOM, 2021)³. Nos Estados Unidos, país que tem sido o principal destino de migrantes internacionais desde 1970, as mulheres correspondem a mais da metade do total de migrantes no país, representando 51,8% da população e 14% da população total de mulheres (IOM, 2021; American Immigration Council, 2020). Este crescimento vem acompanhado das disparidades entre este grupo se comparadas às realidades das mulheres e homens nascidos no país. Levantamento do *Migration Policy Institute* aponta que mulheres migrantes recebem menor remuneração⁴ e possuem mais restrições a serviços educacionais, de saúde e segurança no país⁵.

Ao reconhecer que a mudança no perfil de migrantes leva também à necessidade de que os governos passem a considerar os desafios impostos à esta população, o objetivo deste arti-

go é analisar as políticas adotadas pelo governo norte-americano a partir de uma perspectiva de gênero. Neste sentido, a pesquisa parte de dois questionamentos centrais: Quais medidas vêm sendo implementadas no país que levam em consideração políticas específicas para as mulheres (cisgênero e transgênero⁶) migrantes? Há diferenças significativas nas ações adotadas pelo governo quando considerado o perfil político-partidário?

Para isto, realizou-se uma análise documental das ordens executivas e proclamações adotadas no período de 2009 a 2022⁷ durante os governos de Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden. O objetivo deste recorte cronológico foi identificar se a mudança no perfil político-partidário afetaria de forma significativa a agenda e a condução do governo sobre as políticas para as mulheres imigrantes⁸.

O artigo está dividido em três partes centrais. Na primeira, discutimos as contribuições dos estudos teóricos sobre a migração a partir

3 O ano de 2020, contudo, alterou esta tendência com uma redução no número de mulheres migrantes com um crescimento no *gap* entre homens e mulheres em decorrência dos impactos da pandemia causada pela COVID-19, quando o percentual de mulheres migrantes caiu para 47,4% (IOM, 2021).

4 A renda anual média das mulheres migrantes é de \$27.600 comparados com \$32.300 das mulheres nascidas no país, \$38.000 dos homens nascidos no exterior e \$45.000 para os homens nascidos no país (American Immigration Council, 2020).

5 Entre a população economicamente ativa nos Estados Unidos, as mulheres migrantes apresentam a maior taxa de pobreza, com 8%, em comparação com 4% entre os homens nascidos no país. Além disso, elas também têm uma taxa mais elevada de não conclusão do ensino médio em comparação com as mulheres nascidas no país (Batalova, 2020).

6 Durante a pesquisa empírica foram pesquisados documentos oficiais dos governos selecionados tanto com foco nas mulheres cis quanto mulheres trans. Acompanhando a análise de Marinho e Silva de Almeida (2019, p. 116): “Quando falamos em pessoas trans estamos nos referindo àquelas que vivenciam uma identidade ou expressão de gênero divergente das expectativas sociais atribuídas a elas em razão de seu nascimento: transgêneros, travestis e transexuais”. A cis-generidade está relacionada à identificação de alguém com as expectativas sociais culturalmente atribuídas ao seu gênero com base na genitália de nascimento. É importante enfatizar que embora a pesquisa tenha como análise a influência do gênero para avaliar as medidas adotadas para mulheres cis e trans migrantes, o trabalho reconhece que uma análise genderizada abarca também homens/meninos e a comunidade LGBTQIA+.

7 O levantamento dos documentos aplicados durante o governo Biden levou em consideração o período de janeiro de 2021 a maio de 2022.

8 As principais base de dados utilizadas estão disponíveis no *Federal Register*; *The Daily Journal of The United States Government*; *The White House* e *National Conference of State Legislatures*.

de uma perspectiva de gênero. Em um segundo momento, o trabalho analisa os aspectos específicos sobre a política migratória nos Estados Unidos a partir da perspectiva de gênero. Na terceira seção, a pesquisa apresenta os resultados do levantamento sobre quais foram as ações e medidas aplicadas durante os governos de Obama, Trump e Biden para as mulheres migrantes.

A migração desde uma perspectiva de gênero

O estudo sobre as condições migratórias das mulheres passa pela necessária consideração da perspectiva interseccional uma vez que as dimensões de hierarquização social tais como a nacionalidade, classe social, origem étnica, idade e orientação sexual vão determinar o lugar ocupado por elas nos países de destino. Há um claro predomínio de condições de trabalho mais precárias, com baixa remuneração e sem suporte legal adequado para grande parte das mulheres migrantes (Bastia; Skeldon, 2020 *apud*. Granada, 2021) o que intensifica o grau de vulnerabilidade física e social desta população (IOM, 2021).

O processo de “feminização da migração” é uma tendência das dinâmicas contemporâneas ao enfatizar que as mulheres enfrentam desafios específicos relacionados ao gênero. Embora se reconheça que este processo evidencia a capacidade de agência das mulheres nos projetos migratórios familiares ou autônomos, inclusive desempenhando um papel fundamental na economia de seus países de origem, é preciso destacar os desafios ao evidenciarmos as situações de vulnerabilidade e desigualdade enfrentados no acesso às oportunidades econômicas; aos serviços sociais e de segurança e no acesso à informação, registro e cidadania (Gra-

nada et al., 2021). Ao considerar as geografias de poder genericadas (Mahler; Pessar, 2001) nas interações entre migração e gênero, Sassen (2000); Gregorio Gil (2007) e Braga Martes e Fleisher (2003) abordam como as mulheres frequentemente migram para outros países em busca de oportunidades de trabalho em ocupações precárias e instáveis sobretudo nos setores domésticos, de cuidado e na indústria do sexo. A ocupação dos espaços no mercado de trabalho é também estruturada pelo recorte racial (Sassen, 2003) e vai determinar, para além das oportunidades econômicas, a aplicação das políticas migratórias, os limites aplicados no acesso aos serviços sociais e em programas de asilo e cidadania (Granada et al., 2021).

Bastia (2014) observa que os estudos anteriormente negligenciaram questões de gênero, com um maior reconhecimento apenas a partir dos anos 1980. A expansão do conceito de interseccionalidade levou a considerar variáveis como raça, classe e etnia como fundamentais para entender o debate sobre migração. Assim, a mudança no perfil migratório demanda uma compreensão mais completa das dinâmicas e desafios enfrentados por essa população. O gênero, juntamente com outras categorias, como raça, etnia e classe, desempenha um papel central nas decisões e impactos no processo migratório, como destacado por Crenshaw (1989), já que a discriminação assume diferentes formas ao considerar diversas identidades sociais.

Reflexões sobre o caso norte-americano

As desigualdades e discriminações enfrentadas pelas mulheres migrantes têm uma longa história, influenciada por leis que proibiam sua entrada no país. Durante a década de 1960,

quando se observa um aumento no número das migrantes, o governo federal implementou mudanças legislativas que reduziram a assistência a esta população, especialmente aquelas sem documentos. Esse tratamento desigual amplificou ainda mais o acesso no mercado de trabalho, levando-as a se tornarem mais propensas a aceitar empregos de baixa remuneração e pouco valorizados quando chegavam ao país (Nichols; Tyyskä, 2015, p. 251).

Entre 1996 e 11 de setembro de 2001⁹, estendendo-se até 2006, foi possível identificar uma série de legislações restritivas à imigração implementadas pelo governo federal, as quais tiveram consequências diretas entre as mulheres e minorias sexuais imigrantes, tornando mais difícil o acesso a políticas sociais. O medo da deportação limitou a procura pelos serviços públicos, levando a um aumento da violência doméstica (Gomes; Ross-Sheriff, 2011). Durante esse período, os pedidos de asilo também foram interrompidos, fazendo com que mais mulheres ficassem sujeitas à diversas violências (Jachimowicz; Meyers, 2002). A dimensão de gênero passou a ser considerada nas solicitações de asilo nos Estados Unidos somente a partir de 1995. Nesse período, o *Immigration and Naturalization Service* (INS) emitiu o “*Asylum Gender Guidelines*”, que buscava descrever o processo de avaliação dos pedidos com base na perseguição de gênero (Nayak, 2015).

Dados levantados pelo *American Immigration Council* e o *Migration Policy Institute*, apontam que a experiência das mulheres imigrantes em comparação com a dos homens imigrantes e das mulheres nativas são diferentes. Isso gera implicações específicas e deman-

das distintas em diversas áreas, como estruturas de trabalho, papéis de gênero, família, acesso à educação, segurança e saúde. Além disso, dentro desse grupo de mulheres, existe uma heterogeneidade, com a presença de refugiadas, mulheres indocumentadas e transsexuais, em que algumas dessas demandas podem ser mais urgentes do que outras.

Com base nesse histórico, analisamos como o governo federal orientou suas ações para esse grupo no período entre de 2009 a 2022. A partir disso, o próximo tópico analisa as políticas migratórias adotadas por Obama, Trump e Biden para as mulheres.

A atuação dos governos de Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden (2009-2022) na agenda de migração e gênero

Nos Estados Unidos os partidos Republicanos e Democratas dominam o processo político com agendas diferentes. No sistema imigratório, os republicanos atribuem maior importância a deportação dos imigrantes ilegais e a proteção das fronteiras, considerando a temática como uma agenda de segurança, enquanto os democratas enfatizam a importância de um estatuto legal daqueles que entraram ilegalmente no país (Oliphant; Cerda, 2022). O trabalho propõe analisar três governos, a fim de compreender se os presidentes dos diferentes espectros políticos mantêm as suas máximas partidárias, a partir de um recorte de gênero. A chegada de Obama à presidência dos Estados Unidos trouxe a expectativa de que haveria mudanças significativas no tratamento dado à população migrante com a realização de reformas mais abrangentes nas leis de imigração.

Contudo, seus dois mandatos foram mar-

⁹ A quantidade de legislações restritivas cresceu principalmente após o 11 de setembro de 2001, devido ao temor em relação aos ataques terroristas.

Quadro 1 – Proclamações e Ordens Executivas em matéria de gênero e migração durante o governo Barack Obama

Data	Ordem Executiva	Título
10/08/2012	Executive Order 13623	Preventing and Responding to Violence Against Women and Girls Globally
03/04/2014	Executive Order 13664	Blocking Property of Certain Persons With Respect to South Sudan
12/05/2014	Executive Order 13667	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Conflict in the Central African Republic
22/11/2015	Executive Order 13712	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Situation in Burundi
01/05/2017	Proclamation 9561	National Slavery and Human Trafficking Prevention Month, 2017.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados coletados no Federal Register.

cados por contradições em relação à agenda migratória. Durante seu governo, Obama autorizou políticas de remoção formal de migrantes, excedendo os números dos governos de George W. Bush e Bill Clinton¹⁰. Na tentativa de reverter essa imagem, o presidente adotou duas ações centrais: o programa de recepção de migrantes, o *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA)¹¹, e buscou questionar no judiciário as políticas anti-imigração implementadas pelos governos estaduais (Chishti; Pierce; Bolter, 2017). Apesar das promessas de campanha, o governo não implementou as mudanças esperadas pelos eleitores. Além disso, embora tenha recebido amplo apoio das mulheres devido às suas políticas relacionadas à segurança social e direitos reprodutivos, seu governo não adotou medidas significativas especificamente voltadas para as mulheres migrantes (Dutt, 2012).

Ao longo desse período, o governo Obama emitiu um número limitado de Ordens Executivas e Proclamações direcionadas especificamente à temática de gênero e migração, como apresentado no quadro 1.

A Ordem Executiva 13623 (2012, tradução nossa) tinha como objetivo implementar estratégias em todas as agências governamentais para combater a violência baseada em gênero, reconhecendo que “prejudica não apenas a segurança, a dignidade e os direitos humanos de milhões de pessoas que a sofrem, mas também a saúde pública, a estabilidade econômica e a segurança das nações”. Esta decisão executiva é decorrente da aprovação, em 2012, no Congresso da *U.S. Strategy to Prevent and Respond to Gender-Based Violence Globally*, que cobra ações do governo federal para implementar ações e medidas voltadas ao enfrentamento da violência baseada em gênero tendo como foco populações que enfrentam formas sobrepostas de discriminação incluindo povos indígenas; populações racial e etnicamente historicamente marginalizadas; populações de minorias religiosas; pessoas LGBTQIA+; pessoas com deficiência; idosos e viúvas; crianças e jovens;

10 A administração Clinton (1993-2000) registrou 869.646 remoções, enquanto o governo de Bush (2001-2008) totalizou 2.010.539, e a gestão de Obama (2009-2017) resultou em 3.094.208 remoções de imigrantes (Chishti; Pierce; Bolter, 2017).

11 O programa permite que imigrantes que entraram no país de forma irregular quando crianças permaneçam nos Estados Unidos por um período de 2 anos (Chishti; Pierce; Bolter, 2017).

trabalhadores de baixa renda e do setor informal; migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente; e pessoas em estados frágeis e afetados por conflitos (US Department of State, 2022; Federal Register, 2022).

A Proclamação 9561 (2016) e as Ordens Executivas 13664 (2014) e 13667 (2014), abordaram questões relacionadas a gênero e migração, prometendo proteger as pessoas do tráfico humano, especialmente as mulheres e a população LGBTQIA+ (Federal Register, 2022). Apensar disto, não incluíram medidas concretas para oferecer abrigo ou implementar ações de assistência.

Os documentos emitidos neste período foram genéricos e não ofereciam orientações para a implementação de políticas que avançassem na agenda, como o acesso amplo à saúde, segurança, educação e a melhores condições de trabalho. Além disso, as deportações realizadas durante seu governo contribuíram inclusive para a adoção de políticas de detenção de mulheres, crianças e requerentes de asilo durante o governo Trump.

Em 2017, Donald Trump assumiu a presidência dos Estados Unidos com a icônica campanha “*Make America Great Again*”. Ao herdar a infraestrutura de deportação estabelecida por seus predecessores, Bush e Obama, ele rapidamente intensificou essas operações, implementando uma agenda anti-imigração rigorosa.

Durante seu mandato, o governo Trump adotou políticas de imigração mais restritivas,

incluindo a autorização de deportações automáticas. Algumas das principais ações durante esse período incluíram deportações em larga escala e enérgicas, uma redução significativa na aprovação de pedidos de refúgio, restrições à entrada de cidadãos de países como Irã, Líbia, Somália, Síria, Iêmen, Venezuela e Coreia do Norte, o fim do programa DACA (Ação Diferida para Chegadas de Infância), um aumento substancial das operações de fiscalização na fronteira entre os Estados Unidos e o México, além do apoio à controversa política de separação de famílias. Essas restrições foram ainda mais acentuadas durante a pandemia da COVID-19, quando o governo intensificou as deportações, recusou um grande número de pedidos de asilo e impôs restrições adicionais à entrada de imigrantes (Kaba, 2020).

Adotando uma postura alinhada à agenda antigênero que permeou seu governo, o ex-presidente republicano revogou diversas medidas destinadas a combater a desigualdade de gênero, tanto em âmbito doméstico quanto internacional. Ele deu início ao desmonte dos direitos reprodutivos ao assinar Ordens Executivas que proibiam o financiamento federal de agências e organizações envolvidas na prestação de serviços de planejamento familiar e saúde reprodutiva. Nesse contexto, restringiu o acesso de pessoas transexuais a locais como abrigos e forças armadas, ao mesmo tempo em que dificultou o processo de emissão de vistos para essa população (Solanas, 2018).

Quadro 2 – Proclamações e Ordens Executivas em matéria de gênero e migração durante o governo Donald Trump

Data	Ordem Executiva	Título
27/01/2017	Ordem Executiva 13769	Protecting the Nation From Foreign Terrorist Entry Into the United States
06/03/2017	Ordem Executiva 13780	Protecting the Nation From Foreign Terrorist Entry Into the United States
13/09/2019	Proclamação 9928	National Gang Violence Prevention Week, 2019

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados coletados no Federal Register.

Além de não avançar em políticas para as mulheres migrantes, Trump adotou uma série de medidas que restringiram seus direitos. Os documentos relacionados às mulheres migrantes mencionam os riscos que os imigrantes supostamente representam para as famílias dos Estados Unidos, promovendo comportamentos xenofóbicos. As Ordens Executivas e Proclamações implementadas pelo presidente, apresentada no quadro 2, refletiam essa postura, ao considerar os imigrantes como uma ameaça à segurança.

Apesar de sua condenação à violência contra as mulheres e à opressão com base na raça, gênero ou orientação sexual entre cidadãos norte-americanos, expressa na Ordem Executiva 13769, o governo Trump não estendeu o mesmo tratamento às mulheres migrantes. Isso resultou não apenas na exclusão da questão de gênero na pauta migratória, mas também sinalizou retrocessos significativos nas políticas governamentais, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade e da desigualdade entre as mulheres migrantes, fatores que foram exacerbados pelos impactos da pandemia da COVID-19.

Um dos casos mais emblemáticos foi a determinação do ex-procurador-geral Jeff Sessions de negar asilo a uma vítima de violência doméstica nos Estados Unidos. De acordo com Sessions, as reivindicações de estrangeiros relacionadas à violência doméstica ou violência de gangues perpetrada por atores não governamentais não seriam elegíveis para asilo (Sacchetti, 2018), evidenciando a agenda conservadora do governo Trump em relação às mulheres migrantes.

Por outro lado, a vitória de Biden nas eleições de 2020 gerou grandes expectativas em relação à agenda migratória. Durante sua

campanha, Biden prometeu reverter os danos causados por Trump e restaurar os valores dos Estados Unidos como uma nação de imigrantes. Suas principais promessas de campanha nesta área incluíam auxiliar os imigrantes indocumentados a obterem cidadania, aumentar o limite de admissões de refugiados e encerrar a política conhecida como “Permaneça no México”, que permitia a expulsão de solicitantes de asilo para que aguardassem no México a autorização de asilo (The White House, 2021).

Em seu plano de governo, o presidente também enfatizou a importância de considerar as necessidades específicas das mulheres nas políticas imigratórias. A questão de gênero também esteve presente em sua campanha eleitoral, especialmente após a inclusão de Kamala Harris em sua chapa. Algumas das pautas que compuseram seu programa incluíam melhorar a segurança econômica das mulheres, ampliar o acesso aos cuidados de saúde e combater a violência baseada em gênero (The White House, 2021).

No primeiro ano de seu mandato, o Presidente Biden procurou incorporar as discussões sobre gênero e migração em suas Proclamações e Ordens Executivas, como exemplificado no Quadro 3:

Quadro 3 – Proclamações e Ordens Executivas em matéria de gênero e migração durante o governo Joe Biden

Data	Documento	Título
20/01/2021	Ordem Executiva 13988	Preventing and Combating Discrimination on the Basis of Gender Identity or Sexual Orientation
04/02/2021	Ordem Executiva 14013	Rebuilding and Enhancing Programs To Resettle Refugees and Planning for the Impact of Climate Change on Migration
30/12/2021	Proclamação 10331	National Human Trafficking Prevention Month, 2022
14/03/2022	Proclamação 10348	National Equal Pay Day, 2022

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados coletados no Federal Register.

Na Ordem Executiva 13988 (2021), o presidente abordou a prevenção e combate à discriminação de gênero e estendeu essa política às migrantes. Posteriormente, a Ordem Executiva 14013 (2021) expressou o compromisso de melhorar e reconstruir os programas de refugiados, com ênfase no acesso para indivíduos mais vulneráveis à perseguição devido a seu gênero e orientação sexual assistência (Federal Register, 2022).

Além das Ordens Executivas, o presidente emitiu várias proclamações relacionadas a gênero e imigração. Por exemplo, a Proclamação 10331 (2021) reforçou o compromisso de combate ao tráfico humano, destacando grupos desproporcionalmente afetados, como minorias raciais e étnicas, mulheres e pessoas LGBTQIA+. A Proclamação 10348 (2022) chamou a atenção para as disparidades salariais de gênero, mencionando especificamente mulheres latinas e asiáticas assistência (Federal Register, 2022). Além disso, em 2021, Biden revogou a política de Trump que negava o direito ao asilo para vítimas de violência doméstica.

No entanto, apesar dessas ações, o governo Biden não avançou substancialmente nas políticas migratórias, enfrentando críticas por questões como a demora na concessão de asilo humanitário, as condições precárias nos centros de imigração, o alto número de deportações de migrantes e a manutenção do Título 42, que proíbe a entrada de imigrantes com base em argumentos de saúde

pública devido à pandemia de COVID-19. Essas políticas têm gerado críticas, inclusive dentro do próprio Partido Democrata (Brown, 2021).

Considerações Finais

A compreensão da realidade das mulheres migrantes passa necessariamente pelo reconhecimento de que outras dimensões tais como como raça, etnia, classe social, nível educacional e outras categorias importam. Apesar de representarem uma parcela significativa da população residente nos Estados Unidos e exercerem uma agência expressiva no mercado de trabalho, a formulação de políticas para essa população continua sendo sistematicamente negligenciada e invisibilizada pelo governo federal.

A marginalização e a exclusão de medidas e políticas voltadas para combater a discriminação, desigualdade e violência contra as mulheres migrantes continuam sendo uma prática sistemática nos governos analisados. Durante o governo Trump, houve uma mudança significativa na agenda de gênero, resultando no desmantelamento sistemático das políticas de proteção aos direitos das mulheres no país, o que afetou de forma significativa a condição das mulheres migrantes.

Com a chegada de Biden à presidência, surgiram expectativas de que as questões relacionadas aos direitos das mulheres, em geral, e das

mulheres migrantes, em particular, ganhariam maior destaque em seu governo. No entanto, os avanços têm sido limitados. Seguindo a tendência de seus antecessores, o discurso progressista frequentemente não se traduz em ações concretas, como evidenciado pela falta de uma política migratória central que leve em consideração a perspectiva de gênero e suas intersecções.

Referências

- AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. **Immigrant Women and Girls in the United States**, 2020. Disponível em: <https://www.americanimmigrationcouncil.org/research/immigrant-women-and-girls-united-states>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- BASTIA, T. Intersectionality, migration, and development. **Progress in Development Studies**, 14(3), 237-248, 2014.
- BASTIA, T.; SKELDON, R. (Orgs.). **Routledge Handbook of Migration and Development**, 1ed., Routledge, 2020 *apud* GRANADA, I. et al. (2021).
- BATALOVA, J. Immigrant Women and Girls in the United States. **Migration Policy Institute, Washington**, 2020.
- BRAGA MARTES, A. C.; FLEISCHER, S. (Orgs.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- BROWN, H. Biden can't hide in the center on immigration, **MSNBC**, 2021. Disponível em: <https://www.msnbc.com/opinion/biden-needs-please-democrats-not-republicans-immigration1280971>. Acesso em: 1. jul. 2022.
- CHISHTI, M; PIERCE, S.; BOLTER, J. The Obama Record on Deportations: "Deporter in Chief or Not?". **Migration Policy Institute**, 2017. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/obama-record-deportations-deporter-chief-or-not>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black** Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 538-554, 1989.
- DUTT, M. **Obama, It's Time to Protect Immigrant Women**, Women's eNews, 2012. Disponível em: <https://womensnews.org/2012/07/obama-its-time-protect-immigrant-women/>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- FEDERAL REGISTER. **Executive Office of the President**, 2022. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/search?conditions%5Bagencies%5D%5B%5D=executive-office-of-the-president&conditions%5Bterm%5D=immigrants+women>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- GIL, C. G. 'Working Honestly as a Housemaid': Between the Domesticity and the Hypersexualization. **Estudos Feministas**, 15(3), 699, 2007.
- GRANADA, I. et al. La migración desde una perspectiva de género: Ideas operativas para su integración en proyectos de desarrollo, **Banco Interamericano de Desarrollo**, 2021.
- GOMES, M; ROSS-SHERIFF, F. **The Impact of Unintended Consequences of the 1996 U.S. Immigration Reform Act on Women**. Journal of Women and Social Work, 26(2) 117-124, 2011.
- IOM. World Migration Report 2022. McAuliffe, M.; Triandafyllidou, A. (Org). Geneva: International Organization for Migration, 2021. Disponível em: <https://worldmigration-report.iom.int/wmr-2022-interactive/>. Acesso em: 28. jun. 2022.
- JACHIMOWICZ, M; MEYERS, D. W. Executive summary. In: STRUM, P; TARANTOLO, D. (Orgs.), **Women immigrants in the United States**. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.
- KABA, A. J. United States Immigration Policies in the Trump Era. **Sociology Mind**, v. 9, n. 4, 316-349, 28 ago. 2019.
- MAHLER, S. J.; PESSAR, P. **Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender across Transnational Spaces, Identities**: Global Studies in Culture and Power, 7(4): 441-459, 2001.
- MARINHO, S.; SILVA DE ALMEIDA, G. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019.
- NAYAK, M. **Who is Worthy of protection? Gender-Based Asylum and US immigration Politics**. Oxford University Press, 2015.
- NICHOLS, L.; TYYSKÄ, V. Immigrant women in Canada and the United States. in: BAUDER, H. SHIELDS, J (Orgs) **Immigrant Experiences in North America: Understanding Settlement and Integration**, Ed: Toronto Canadian Scholars Press, 248-272, 2015.
- OLIPHANT, J. B.; CERDA, A. Republicans and Democrats have different top priorities for U.S. immigration policy. **Pew Research Center**, 2022. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/09/08/republicans-and-democrats-have-different-top-priorities-for-u-s-immigration-policy/>. Acesso em: 1. jul. 2022.
- SACCHETTI, M. Sessions: Victims of domestic abuse and gang violence generally won't qualify for asylum. **Washington Post**, 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/local/immigration/sessions-signals-that-victims-of-domestic-abuse-and-gang-violence-generally-will-not-qualify-for-asylum/2018/06/11/45e54602-6d9e-11e8-bd50-b80389-a4e569_story.html. Acesso em: 28. Jun. 2022.
- SASSEN, S. Women's Burden: Counter-geographies of Globalization and the Feminization of Survival. **Journal of International Affairs**, 53(2), 503-524, 2000.
- SASSEN, S. **Contra geografías de la Globalización: Género e Ciudadanía nos Circuitos Fronteiriços**. Madrid: Traficantes de Sueños, 1-160, 2003.
- SOLANAS, M. Gender equality in Trump's America. **Real Instituto Elcano**, 2021. Disponível em: <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/11/ari-32-2018-solanas-igualdad-genero-america-trump.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- THE WHITE HOUSE. **The Biden- Harris Administration Immediate Priorities**, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/priorities/>. Acesso em: 1. jul. 2022.
- US DEPARTMENT OF STATE. **United States strategy to prevent and respond to gender-based violence globally**, 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/reports/united-states-strategy-to-prevent-and-respond-to-gender-based-violence-globally-2022/>. Acesso em: 1. jul. 2022.